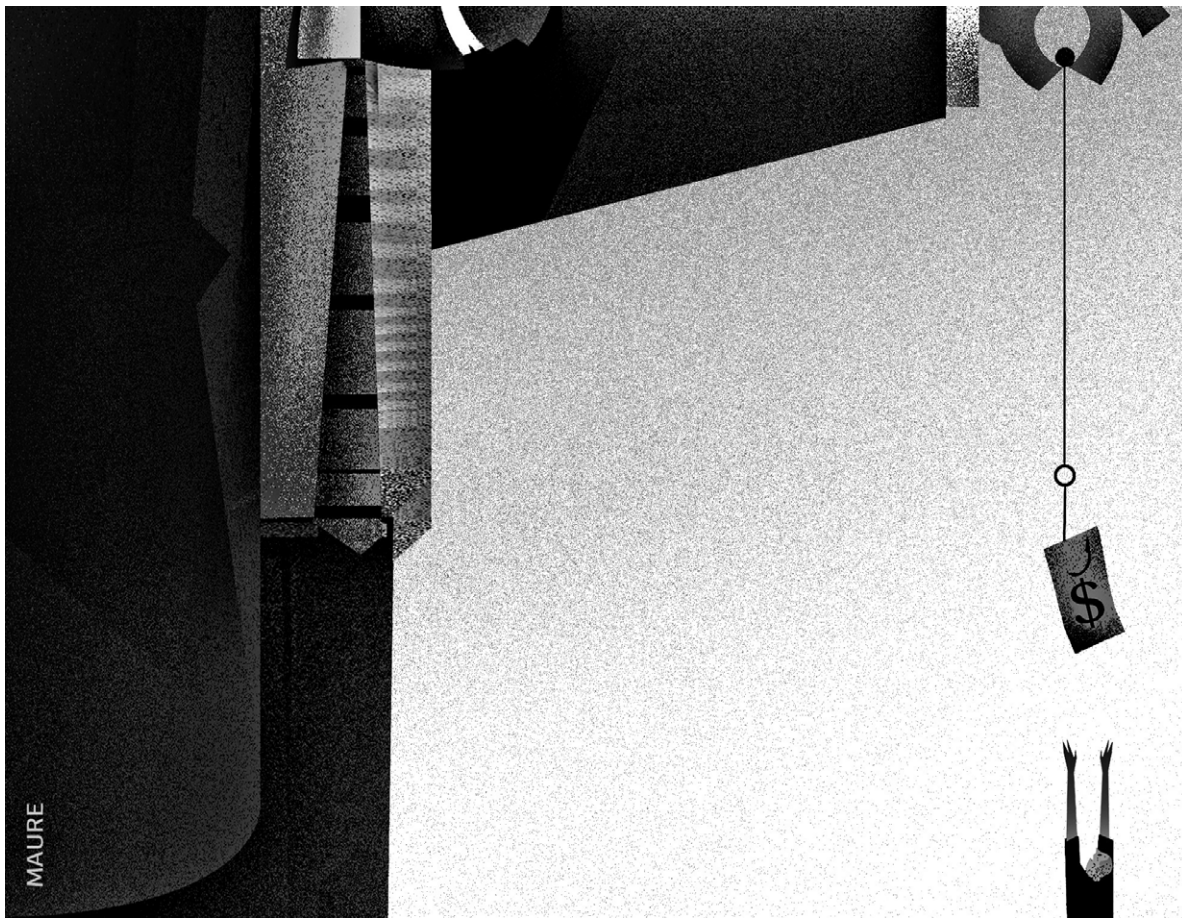


PEC dos Precatórios



» SACHA CALMON
Advogado

O novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Alberto Simonetti, classificou a aprovação da PEC dos Precatórios como um “dos mais duros golpes” já sofridos pela população desde a redemocratização. Em entrevista ao *Valor*, ele defendeu que a postergação do pagamento de dívidas da União reconhecidas pela Justiça “frustra milhares de brasileiros”.

O texto, promulgado no fim do ano passado, permitiu o parcelamento do pagamento dos precatórios até 2026 e vinculou o espaço fiscal aberto com a medida ao gasto com o Auxílio Brasil em ano de eleição presidencial. Em meados de janeiro, a entidade entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a aprovação da PEC pelo Congresso. Ele, inclusive, teve uma reunião com a ministra Rosa Weber, relatora da ação na Corte, para pedir uma decisão liminar sobre o assunto.

Para o advogado, trata-se da PEC do Calote. “Agora, quem esperou por 20 anos uma demanda judicial e tem uma sentença a ser executada, vai ter que esperar mais cinco anos? Perdoe-me quem pensa o contrário, mas o sentimento é de calote, sim. É um sentimento que está instalado na sociedade”, afirmou. Segundo ele, a medida prejudicou, não apenas a população em geral, mas também os advogados, que não vão ter acesso a seus honorários, e o próprio Judiciário, que não consegue executar as suas decisões. “Quando você atenta contra a segurança jurídica, por meio de um golpe, você mexe com o sistema e com a segurança econômica brasileira. O sentimento de frustração já está instalado.”

Conhecido como Beto Simonetti, ele foi o único candidato da disputa e presidirá a OAB até 2024 no lugar de Felipe Santa

Cruz. De perfil mais conciliador, ele deu sinais de que, diferentemente do seu antecessor, não deve entrar em embate direto com o governo Jair Bolsonaro. Temas, como o impeachment do presidente, não devem voltar à pauta da entidade. Ele afirmou que a OAB tem que ter uma postura apartidária, mas de defesa das instituições. “Eu não preciso dizer que a Ordem será apartidária. A Ordem não pode ser confundida com ideologias adotadas por quem quer que seja.”

O novo presidente da OAB apontou ainda que a entidade pretende atuar em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para garantir “eleições limpas” em todo o país. “Nós vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, dentro da legalidade, para que nós tenhamos um pleito estável, justo, limpo, um pleito sem propagação de fake news, como forma de ludibriar a cidadania e o sufrágio.”

Simonetti também afirmou que a sua gestão à frente da entidade terá como objetivo unir a categoria. “A advocacia, assim como está o Brasil, também está polarizada.” Uma das suas propostas para o segmento é fazer um censo, para ter um retrato mais fiel dos perfis dos profissionais que atuam no país.

Essa posição da OAB é muito positiva. Bolsonaro, ao examinar as pesquisas, se depa-rou com a pouca votação que terá (19% dos votantes) sendo que 70% da classe média o apoia. Mas na faixa de quem ganha até cinco salários mínimos, 80% votam em Lula. O resultado é que o presidente já está nas redes sociais a ultrajar as urnas eletrônicas, preparando desculpas para não aceitar o resultado contrário das eleições.

Voltando à PEC dos Precatórios, pode-se incluir Bolsonaro como autocrata e populista, sendo um político comum, além do mais demagógico. Tira o pão da fila imensa de credores de um Estado caloteiro, que não paga o que deve, para seus programas eleitoreiros, ao meter a mão nos precatórios.

O que significa no mundo Bolsonaro? Em primeiro lugar, um açodamento nunca visto nas lides internacionais. Em segundo lugar, é mais um autocrata como Duda, na Polônia, e Orban, na Hungria, com ares de direitistas indifere-áveis. Um cariz anticomunista em favor da propriedade, da família e da liberdade é a sua cantilena neoliberal, como se nós ainda estivéssemos vivendo no século 19.

A sua grosseira falta de educação formal não é estudada. Ele é assim mesmo. É o cara típico de uma classe média machista, que faz piadinha com as “bichas”, paquera as moças e topa briga com a torcida adversária.

Uma facada que ele próprio reclama por investigar, mas não investiga nunca e de fato poderia, cria certo ar de suspeita sobre o assunto. Ele só subiu nas pesquisas depois da canivetada. Agora, estamos às vésperas de uma eleição em que Lula desponta para as classes trabalhadoras e parte da média, sem excluir segmentos empresariais, como o candidato vencedor e com grande experiência de governo.

Os mais jovens nem se lembram mais. Em 2010, último ano de seu governo, o Brasil cresceu 7,4%, algo fora da curva. Que venha e que haja um bom governo! De 2002 a 2010 (período lulista), o país deslançou economicamente. Arrostar moralismo e bufar direitismo não encham a barriga de ninguém! Sobre a Ucrânia, tema complexo, falaremos — e muito — depois.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Lógica dinheirosa

Depois de aprovar, a toque de caixa e sob forte pressão, o projeto de lei 6.299/02, também chamado “PL do Veneno” em fevereiro último, revogando e afrouxando a lei sobre o uso de agrotóxicos, centralizando no Ministério da Agricultura o registro e a fiscalização fake desses produtos, mudando inclusive a denominação de agrotóxicos para pesticidas, a Câmara se prepara, agora, para liberar a autorização para mineração, garimpo, pecuária e turismo em terras indígenas, como o PL 191/2020, abrindo a porteira dessas terras ao desenvolvimento, com as bênçãos da poderosa bancada do agronegócio.

O que se tem aqui com esses dois famigerados projetos de lei, criticados por ambientalistas renomados, dentro e fora do Brasil, e seguramente prejudiciais aos biomas naturais do país, muitos deles dentro de áreas de preservação, pode ser definido como um pesadelo a comprometer o futuro das novas gerações, promovendo de forma explícita o que pode vir a ser um genocídio dos povos indígenas.

O problema aqui, no atual governo, não é saber onde estão reservas e riquezas minerais, mas se, nessas áreas, há ou não povos indígenas. A questão não é apenas a prospecção de jazidas economicamente interessantes para o governo e para as elites que manobram nas sombras essas propostas, mas saber se, nessas áreas, existem povos que lá estão por séculos.

Mais do que as riquezas que ali se encontram, interessa desalojar esses povos, expropriá-los de suas terras, dizimando sua cultura e meio. Há nesses projetos um nítido interesse escuso, como se as causas e as culpas pelo atraso e subdesenvolvimento do país coubessem a esses povos e não à classe política e parasitária que, desde 1500, dilapidam, sem remorsos, as riquezas nacionais.

O que se quer é envenenar a terra e os rios, em nome de um agrobusiness que não planta alimentos, mas somente lucros para seus proprietários. O que está em vista é mandar avançar os tratores com suas correntes sobre matas nativas, arrasando com os biomas vegetal e animal, implantando em seu lugar a monocultura transgênica e envenenada com “pesticidas”, em grandes e áridos latifúndios depois transformados em desertos arenosos.

O que se pretende, de fato, com essas propostas indecentes, é banir a variedade de vida e de cultura, substituindo-a por negócios cujos resultados não interessam ao homem do campo, tampouco aos povos indígenas autênticos, que vêm nessa chegada do homem branco, tendo à frente um novo lunático, o início do fim, assim como seus ancestrais que entraram em contato com os primeiros navegadores chegados da Europa.

Desde esses primeiros contatos, a terra inteira, com seu valor infinito, foi sendo trocada por espelhos e outras bugigangas sem valor. O que se tem nesses movimentos que vão contra a corrente do bom senso e da vida é a imposição do atraso e da lógica dinheirosa, que tudo transforma em lixo.

» A frase que foi pronunciada

“Quanto à riqueza, não há limite claramente definido, pois aqueles que hoje dispõem das maiores fortunas entre nós possuem também o dobro da voracidade dos demais, e quem poderá satisfazer a todos?”

Sólon (séc.VI aC)

Lembranças

» Vale passear pela Praça das Avós. Lugar aconchegante, com Brasília bem presente. Na 508 Sul.

Dignidade

» Carlos Eduardo Brandt, chefe da Gerência de Gestão e Operação do Pix do Banco Central, não faz ideia da revolução social que essa operação está fazendo. Lavadores de carro e pessoas em situação vulnerável que anunciam o Pix em cartazes têm recebido aporte maior.

Brasília, Pelé e JK

» Silvestre Gorgulho, responsável pela entrada dessa coluna no Guinness Book, lança o livro *De Casaca e Chuteiras — a era dos grandes dribles na política, cultura e história*. O país entre 1956-1977 é retratado de forma criativa, que provoca a fluência na leitura. Uma aula de história na qual Brasília foi o marco. Além do Mercado Livre, a compra pode ser feita pelo WhatsApp 61-98442-1010

Etarismo

» Palestras on-line estão esclarecendo a sociedade sobre mais um preconceito: o etarismo. Veja no *Blog do Ari Cunha* detalhes do I Encontro Inter-Regional de Psicologia Organizacional e do Trabalho, com a Dra. Juliana Seidl.

» História de Brasília

Todos nós sabemos que, quem se mudou para Brasília, vive, hoje, melhor que no Rio. Os funcionários públicos melhoraram seu poder aquisitivo, em muitos casos, melhoraram suas condições de habitações e, de maneira geral, o conforto aqui é muito maior. (Publicada em 18.02.1962)

Uma trincheira contra a ditadura

» JAIME PINSKY

Historiador, professor titular da Unicamp, doutor e livre docente da USP, autor e coautor de 30 livros

Era o ano de 1973. O governo militar, que havia tomado o poder em 1964, agora arrotava realizações, embaladas em patriotismo primário. Embora na universidade — e em poucos outros locais — ainda houvesse um olhar crítico, a mídia amordaçada, indiferente ou venal, não revelava os percalços que o governo enfrentava e apresentava ao mundo um suposto “milagre brasileiro”. O regime, estabelecido à força, havia quase uma década, era apresentado como eficiente, honesto, capaz e até democrático.

Seria impraticável revelar a verdade na tevê ou em jornais diários, mas por que não tentar fazer isso por meio de uma publicação de ciências humanas e sociais, dirigida por intelectuais de peso, com artigos importantes sobre economia, sociologia, história, literatura, por exemplo? Afinal, naquele momento eu era responsável pela área de humanas de uma editora de São Paulo. Já tinha várias obras de minha autoria publicadas, era doutor pela USP, tinha credibilidade. Quem sabe conseguiria montar uma equipe de intelectuais relevantes e fazer a revista circular.

Decidi apresentar a ideia a um amigo, o sociólogo José de Souza Martins. Ele, de início, não acreditou na possibilidade de o projeto se concretizar. Teimoso, insisti. “Só se convidarmos um intelectual muito importante, muito conhecido. Ai, talvez, os militares não queiram prendê-lo, temendo uma possível repercussão internacional dessa prisão”. “Sem ele”, concluiu Martins, “a revista nem decolaria, nós dois seríamos presos. E sem repercussão que compensasse o sacrifício.” Não foi difícil achar o nome do intelectual notório. Florestan Fernandes. Ele havia retornado ao Brasil recentemente, após uma

temporada em Toronto, para onde viajara, depois que fora aposentado, compulsoriamente, de seu cargo de professor titular de sociologia da USP.

Ligamos para Florestan, combinamos a visita, rumamos para a Rua Nebraska, onde vivia, e expusemos o projeto. Lembrou-me de cada minuto de nossa conversa. Florestan nos ouviu com atenção. Daí nos encarou, como se fôssemos uma dupla de malucos apresentando um plano para invasão da China, ou atacar o Pentágono. Levantou-se, disse que nossa chance de sermos presos pela repressão era enorme. E, para meu espanto, acrescentou: “Topo”. Em seguida passou a listar nomes de alguns dos maiores intelectuais brasileiros. Disse que podíamos considerar o nome dele como fazendo parte da comissão editorial da revista, desde que esse pessoal aceitasse fazer parte do conselho de redação.

Convencer figuras como Sergio Buarque de Holanda, Antonio Cândido, Maria Conceição Tavares, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Thales de Azevedo e tantos outros foi uma tarefa a que me dediquei com prazer. O nome de Florestan abria portas, sem dúvida. Além disso, todos estavam sequiosos em ter um veículo de debate intelectual de alto nível, sem repressão, onde as ideias pudessem circular livremente. Montamos rapidamente nosso triunvirato de editores e os 15 membros do conselho de redação. Fizemos nossa primeira reunião no escritório que seria a sede da revista e tomamos uma série de decisões.

Decidimos batizá-la como *Debate&Crítica*, para expor, de cara, seu papel. Seria uma publicação quadrimestral, declaradamente de oposição, mas sem ligação com nenhum grupo político. Não queríamos que

fosse órgão de nenhuma das diferentes vertentes oposicionistas, embora todas as pessoas pudessem submeter seus artigos à comissão editorial. Cabia-nos dar os pareceres, mas poderíamos solicitar aos companheiros do Conselho de redação um parecer, no caso de os textos serem de áreas em que não nos sentíssemos à vontade para avaliar. Queremos tirar os intelectuais do isolamento a que o regime militar os submeteu, desejávamos que a revista fosse o elemento de ligação entre todos. *Debate&Crítica* deverá ser o veículo a partir do qual o diálogo, tão dificultado pela ditadura, poderá voltar a existir.

Era uma meta ambiciosa. O caminho entre a declaração de intenções e a realização me parecia longo e difícil. E era, para mim, um desafio novo. Com pouco mais de 30 anos eu estava aceitando uma responsabilidade política nova, a de provocar e manter abertos canais de diálogo entre democratas com diferentes concepções do que deveria ser feito para que o Brasil voltasse à normalidade democrática. Tínhamos oposicionistas com ideias muito diferentes e parecia idealismo ingênuo imaginar que todos se unissem em volta do nosso projeto. Teríamos que convencê-los que o momento era o de fazer uma frente poderosa contra a ditadura, que era o inimigo comum. A revista poderia funcionar como elo entre pessoas e correntes com diferentes concepções. Em um segundo momento, quando a ditadura já estivesse vencida e as diferentes concepções fossem colocadas na mesa (por meio de partidos que as representassem) a revista poderia ainda perder sua razão de viver. Mas não estávamos ainda nessa condição, precisávamos de união. Precisávamos da *Debate&Crítica*.